



## TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 7

### UM ESTUDO SOBRE OS DIFERENCIAIS DE REMUNERAÇÃO ENTRE OS PROFESSORES DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA DE ENSINO\*

Fernando de Holanda Barbosa Filho ♦

Luís Eduardo Afonso \*

Samuel de Abreu Pessoa ^

São Paulo, julho de 2007

---

\* Trabalho apresentado no Seminário Remuneração do Professor, Gestão e Qualidade da Educação, realizado no IBMEC/SP em 26/03/07. Os autores agradecem o suporte financeiro do Instituto Futuro Brasil (IFB) e da Fundação Lemann.

♦ (IBRE/FGV) Fernando.Filho@fgv.br

\* (FEA/USP) lafonso@usp.br

^ (EPGE/FGV) Samuel.Pessoa@fgv.br

## ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA	4
3.	METODOLOGIA E DADOS	6
3.1.	BASE DE DADOS	6
3.2.	METODOLOGIA DO CÁLCULO DOS SALÁRIOS	6
4.	DADOS DE REMUNERAÇÃO	7
4.1.	PERFIS SALARIAIS: BRASIL	7
4.2.	PERFIS SALARIAIS: ESTADO DE SÃO PAULO	8
5.	DIFERENCIAIS SALARIAIS: BRASIL	13
6.	DIFERENCIAIS SALARIAIS: ESTADOS	14
7.	O VALOR PRESENTE DO CONTRATO DE TRABALHO	20
7.1.	METODOLOGIA DE CÁLCULO DO VALOR PRESENTE DO CONTRATO DE TRABALHO	20
7.2.	DIVISÃO DOS GRUPOS COM CARACTERÍSTICAS COMUNS	21
7.3.	CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES	21
7.4.	CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS	23
7.5.	RESULTADOS	24
7.5.1.	Valor Presente do Contrato de Trabalho das Professoras	24
7.5.2.	Valor Presente do Contrato de Trabalho de Professor	26
8.	COMENTÁRIOS FINAIS	29
9.	BIBLIOGRAFIA	30

## RESUMO

O artigo investiga os diferenciais de remuneração entre os professores dos diversos níveis de ensino, das redes pública e privada. Para isso utilizam-se os dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. São calculadas as médias salariais dos professores das duas redes de ensino, para o Brasil e para todos os estados. Em seguida calculam-se os diferenciais entre os salários nos setores público e privado. Na maior parte dos casos os diferenciais são favoráveis aos docentes do setor privado. Essa conclusão muda radicalmente quando se calcula o *Valor Presente do Contrato de Trabalho*. O *VPCT* leva em consideração toda a remuneração recebida ao longo da vida do docente. São somados os salários recebidos durante a vida ativa e os benefícios da aposentadoria. Os resultados mostram que o *VPCT* do ensino público é pelo menos tão alto quanto o *VPCT* privado. A exceção ocorre no ensino secundário, em que o *VPCT* público é inferior ao privado. Conclui-se que as diferentes regras de aposentadoria têm importância significativa nos rendimentos ao longo da vida para os docentes das redes pública e privada. Também se conclui que, de modo geral, os docentes da rede pública não recebem ao longo de sua vida rendimentos inferiores a seus congêneres do setor privado.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação ganhou no último decênio no Brasil o destaque que este tema merece, pela sua importância no desenvolvimento econômico e social de um país. Esforços de grande monta têm sido feitos para identificar e avaliar os fatores que possam influenciar o processo educacional. Paralelamente a esses esforços, uma noção permeia o senso comum. Alguns formadores de opinião e educadores argumentam que a principal causa dos melhores resultados obtidos pelos alunos das escolas privadas em testes de avaliação é o diferencial de remuneração dos docentes. A rede pública pagaria baixos salários comparativamente à rede privada. Isso implicaria em ensino de pior qualidade, o que seria a causa dos maus resultados dos alunos das escolas públicas. Será esse argumento correto?

O caminho para confirmar (ou negar) o argumento é verificar empiricamente se os professores da rede pública de ensino recebem salários inferiores àqueles pagos na rede privada. Esses são os objetivos desse trabalho: inicialmente analisar os salários brutos pagos pelas redes pública e privada e quantificar o diferencial entre elas. Em seguida, de forma inovadora, calcula-se o *Valor Presente do Contrato de Trabalho (VPCT)* dos professores das duas redes. Em ambos os casos os dados analisados referem-se aos diversos níveis de ensino: pré-escola, fundamental, médio, profissional e superior.

O trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: na próxima seção encontra-se um breve resumo da literatura. Na seção 3 é exposta a metodologia empregada. A seção 4 mostra o perfil dos salários ao longo do ciclo de vida dos professores. Os diferenciais de salários para os diversos níveis de ensino são apresentados na seção 5. Na seção 6, os resultados são analisados para cada nível de ensino para os estados. O cálculo e a análise comparativa dos VPCTs nas redes de ensino pública e privada, nos diversos níveis de ensino, são realizados na seção 7. Na seção 8 são apresentados os comentários finais.

## **2. UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA**

O estudo do diferencial de remuneração público/privado é um assunto bastante estudado na literatura. Há vários trabalhos internacionais sobre o tema. Entretanto, a literatura nacional sobre o diferencial público/privado dos profissionais de educação é restrita e inconclusiva.

Katz e Krueger (1991) mostram que trabalhadores menos qualificados obtiveram um prêmio crescente de salário no setor público norte-americano durante os anos 80. No mesmo período observou-se uma redução do prêmio pago aos trabalhadores mais qualificados. Ao fazer uma resenha sobre os trabalhos de Ehrenberg e Schwarz (1986) e Gregory e Borland (1997), Smith (1994) conclui que existe um prêmio salarial para mulheres no setor público norte americano e uma perda relativa para homens.

Poterba e Rueben (1998) investigam as mudanças de salários relativos entre os setores público e privado no período 1979-1986. Os autores concluem que houve um maior crescimento dos salários de trabalhadores na iniciativa privada do que no setor público. Borjas (2002) analisa o diferencial público/privado entre 1960 e 2000. O autor mostra que o diferencial permaneceu praticamente constante para os homens, mas caiu bastante para mulheres. A compressão salarial dos servidores públicos americanos após a década de 70 é importante na escolha do setor por parte do trabalhador. Por esse motivo, o setor público dos EUA tem dificuldade para atrair trabalhadores qualificados.

Para o Brasil, Ramalho e Urani (1995) mostram que a parcela de empregados da administração pública cresceu durante a década de 80, passando de 11% da PEA em 1981 para 12,5% em 1990. Os autores mostram ainda que os servidores públicos recebem em média 45% mais que os trabalhadores da iniciativa privada. Entretanto, controlando-se tal diferencial por característica observáveis, o diferencial público-privado passa a ser negativamente correlacionado com a qualificação do trabalhador, sendo positivo para os trabalhadores com pouca instrução e negativo para os mais instruídos.

Além, Pastoriza e Giambiagi (1998) analisam o subsídio implícito obtido pelos professores, por terem regras de aposentadoria diferenciadas. Os autores mostram que as professoras são

extremamente beneficiadas por esse privilégio. Foguel *et alii* (2000) encontram diferenciais salariais positivos para o setor público. Parte do diferencial é devida às características observáveis dos indivíduos. Eles mostram que o diferencial depende da esfera pública de atuação, sendo positivo nas esferas federais e estaduais; e negativo na municipal. Por sua vez, Paes de Barros, Mendonça e Blanco (2001) apontam que os professores do ensino fundamental da rede pública têm remuneração mais elevada que os da rede privada.

Bender e Fernandes (2006) estudam, empregando as PNADs de 1992 a 2004, diversos aspectos do setor público no Brasil. No período estudado o hiato educacional da qualidade do trabalhador público em relação ao privado diminuiu. Os autores constatam também um crescimento do diferencial de salários em favor do setor público. Para Arvate *et alii* (2006) existe um diferencial favorável ao funcionário público. De forma similar a Foguel (2000) encontra-se grande heterogeneidade nas políticas salariais entre os entes federativos.

### 3. METODOLOGIA E DADOS

#### 3.1. BASE DE DADOS

Para estudar o diferencial de salário público/privado foram utilizados os Censos Demográficos realizados pelo IBGE nos anos 1980, 1991 e 2000. Esse conjunto de dados apresenta para cada ano, mais de 20 milhões de observações. Cada célula do banco de dados representa um indivíduo. Assim sendo, cada célula apresenta diversas características como idade, atividade de atuação, salário e horas trabalhadas. Esse grande volume de dados é necessário devido ao escopo desse trabalho, no qual se foca em um pequeno grupo, formado por professores que atuam nas áreas privada e pública. Além disso, como é feita uma análise para diferentes estados, se fosse empregada uma pesquisa amostral, como a PNAD, o conjunto de dados seria bastante reduzido, dificultando a análise dos dados para algumas unidades da Federação, devido ao baixo número de observações, o que geraria confiabilidade reduzida.

#### 3.2. METODOLOGIA DO CÁLCULO DOS SALÁRIOS

Para obter os diferenciais de salário entre os professores das redes pública e privada, o primeiro passo é o cálculo dos salários médios. O salário médio  $w_{jk}$  é dado pela equação 1:

$$w_{jk} = \sum_{i=1}^N \frac{p_i w_i d_j v_k}{p_i d_j v_k} \quad (1)$$

Na equação 1,  $w_{jk}$  é o salário médio pago na rede de ensino  $j$  (privada ou pública) e no nível  $k$  (pré-escola, fundamental, médio, profissional ou superior). O termo  $p_i$  é o peso da observação  $i$ ;  $w_i$  é o salário recebido pela indivíduo  $i$ ,  $d_j$  é uma variável *dummy* igual a 1 se o indivíduo atua na rede  $j$ , e zero caso contrário e  $v_k$  é uma outra variável *dummy* para cada um dos cinco níveis de ensino.

Uma vez obtidos os salários médios, para cada nível de ensino calcula-se o diferencial público-privado  $Dif_k$  como a razão entre os salários médios, da forma dada pela equação 2. O termo  $k$  é o nível de ensino, *pub* a rede pública e *priv* a rede privada.

$$Dif_k = \frac{w_{pub,k}}{w_{priv,k}} \quad (2)$$

## 4. DADOS DE REMUNERAÇÃO

### 4.1. PERFIS SALARIAIS: BRASIL

O primeiro passo é verificar os salários médios recebidos pelos professores. Esta análise permite ter uma idéia da evolução dos salários na carreira de professor. Nesta subseção são apresentados os salários médios para o Brasil como um todo. Os dados podem ser vistos na Tabela 1. Há 10 coortes. Na primeira estão incluídos os profissionais de 20 a 24 anos, na segunda, estão incluídos aqueles com 25 a 29 anos e assim sucessivamente. Os dados, oriundos do Censo de 2000, mostram que, de forma geral (e consistente com as evidências da literatura) os salários pagos crescem ao longo da carreira. Um ponto comum entre os setores público e privado é a redução nas taxas de crescimento salarial ao longo do ciclo de vida.

**Tabela 1**  
**Perfil salarial dos professores do Brasil por coorte e rede de ensino**  
(Valores em R\$/mês – Set./2000)

Coorte (Idade)	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	>65
<b>Pré-escola</b>										
<i>Público</i>	258	350	415	464	499	524	552	653	515	262
<i>Privado</i>	292	392	467	538	526	597	581	468	961	407
<b>Primário</b>										
<i>Público</i>	450	656	771	848	902	984	986	1006	1042	951
<i>Privado</i>	480	668	827	935	983	1073	1084	1092	1114	1188
<b>Ginásio</b>										
<i>Público</i>	295	384	457	494	550	608	634	633	597	636
<i>Privado</i>	321	411	488	544	629	655	691	738	657	737
<b>Secundário</b>										
<i>Público</i>	482	759	906	1002	1092	1196	1233	1226	1322	1507
<i>Privado</i>	560	876	1085	1184	1280	1374	1394	1416	1549	1403
<b>Superior</b>										
<i>Público</i>	734	1562	2155	2584	2963	3347	3479	3880	3551	3792
<i>Privado</i>	988	1732	2151	2572	3001	3060	3128	3394	3584	3383

O perfil salarial na pré-escola mostra que o salário da rede privada é sistematicamente superior ao da rede pública. Entretanto, esta diferença é pequena, da ordem de 10%. Quando são comparados os salários dos professores primários das redes pública e privada observa-se que os salários no

início de carreira são bastante similares. Entretanto, a partir dos 30 anos de idade, a iniciativa privada passa a pagar um pequeno prêmio de salário. Como no caso anterior, este prêmio encontra-se na casa dos 10%. A mesma análise se aplica aos ganhos dos professores do ginásio.

No ensino médio o diferencial salarial em favor do professor da rede privada de ensino atinge seus níveis mais elevados, sendo superior à média de 10%. Este diferencial parece corroborar a evidência de que no ensino médio há carência de professores na rede pública, fato este que sinaliza a existência deste maior diferencial. Os professores do ensino superior recebem um salário médio igual ao pago na rede privada até a faixa de 40 a 44 anos. Para as coortes mais velhas, os professores do ensino superior público passam a receber um salário superior ao pago na rede privada. Esta tendência só se altera a partir dos 60 anos. Esta inversão é muito provavelmente fruto de auto-seleção, uma vez que somente os professores com maiores salários permanecem no mercado de trabalho até esta idade.

#### **4.2. PERFIS SALARIAIS: ESTADO DE SÃO PAULO**

A subseção anterior mostrou o perfil dos salários médios no Brasil. Nesta subseção desenvolve-se o mesmo exercício para o estado de São Paulo e compara-se seus resultados com os dados médios do país. A Tabela 2 indica que em São Paulo o professor público recebe um salário médio superior à média nacional. Quando se compara a rede pública com a privada é possível perceber que o salário público relativo ao privado é maior em São Paulo que no resto do Brasil. No Gráfico 1, nota-se que os salários dos professores paulistas são superiores à média nacional, tanto na rede pública como na privada. No entanto, diferentemente da média nacional, os salários na rede pública paulista são mais elevados que na rede privada.

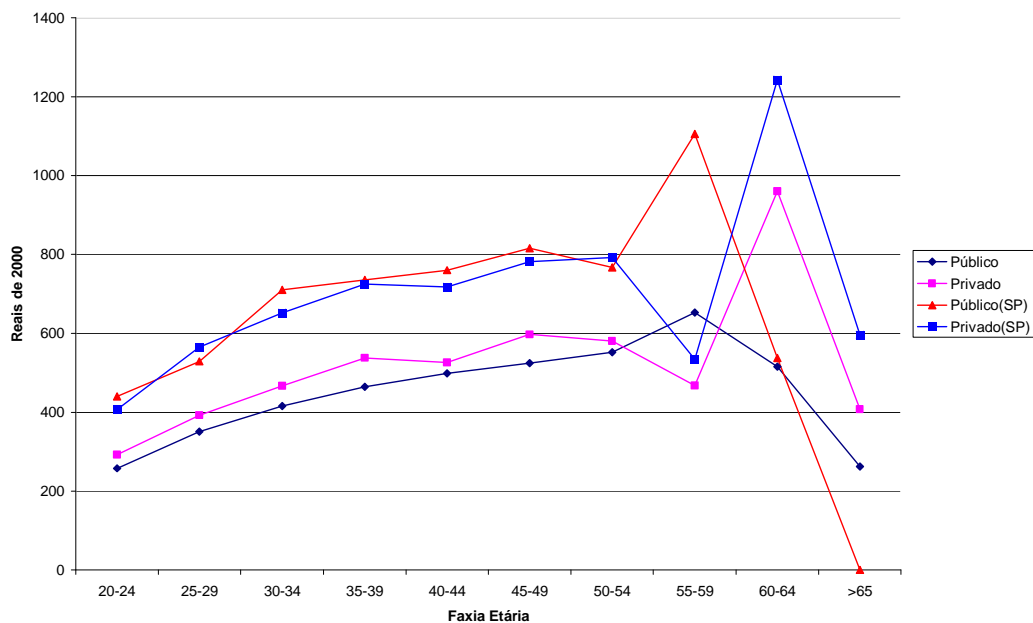
A tendência do salário público relativo ao privado ser maior em São Paulo do que no resto do país é observada também no primário (ver Gráfico 2). Nesse caso o salário da rede pública é mais próximo do salário da rede privada em São Paulo do que a média nacional. Analisando o perfil dos salários dos professores no ginásio (Gráfico 3), São Paulo continua pagando um salário na rede pública pelo menos igual ao da iniciativa privada, com exceção da faixa etária entre 40 e 44 anos, onde ocorre uma súbita elevação do salário privado.

**Tabela 2**  
**Perfil salarial dos professores do estado de São Paulo por coorte e rede de ensino**  
(Valores em R\$/mês – Set./2000)

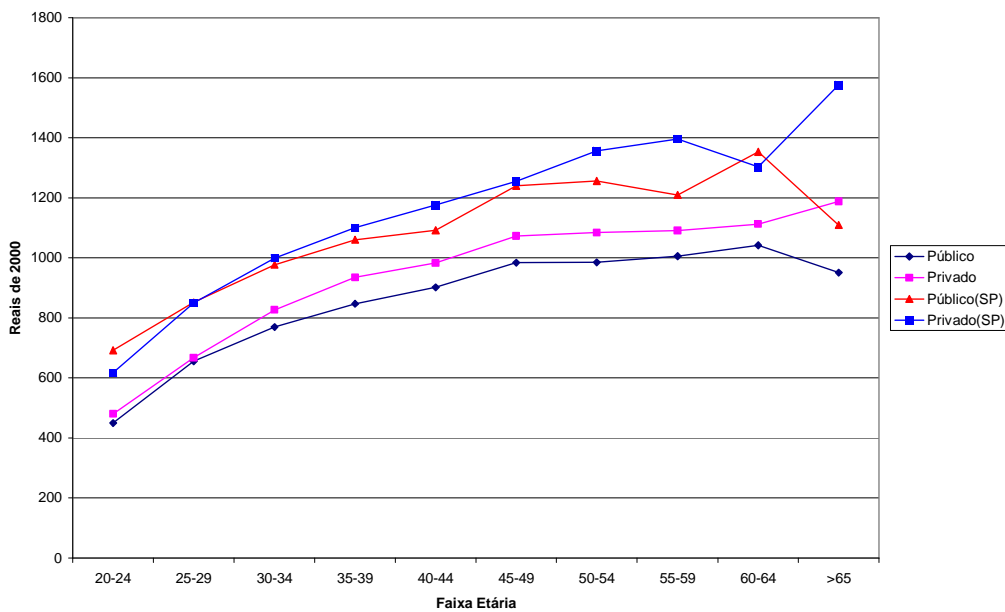
<b>Coorte (Idade)</b>										
	<b>20-24</b>	<b>25-29</b>	<b>30-34</b>	<b>35-39</b>	<b>40-44</b>	<b>45-49</b>	<b>50-54</b>	<b>55-59</b>	<b>60-64</b>	<b>&gt;65</b>
<b>Pré-escola</b>										
<b>Público</b>	440	529	711	735	760	816	768	1105	538	-
<b>Privado</b>	407	566	652	724	717	781	792	534	1243	597
<b>Primário</b>										
<b>Público</b>	692	852	977	1061	1093	1241	1256	1210	1353	1110
<b>Privado</b>	617	850	999	1100	1176	1255	1356	1396	1304	1577
<b>Ginásio</b>										
<b>Público</b>	538	703	813	854	899	987	1043	1095	907	937
<b>Privado</b>	505	675	806	907	1223	1031	1047	1128	982	896
<b>Secundário</b>										
<b>Público</b>	538	703	813	854	899	987	1043	1095	907	937
<b>Privado</b>	505	675	806	907	1223	1031	1047	1128	982	896
<b>Superior</b>										
<b>Público</b>	772	1901	2493	3018	3417	3962	3961	4932	4443	4579
<b>Privado</b>	1056	1736	2221	2686	3351	3429	3359	3394	4196	4254

Assim como ocorre para o salário nacional, o secundário apresenta um maior diferencial em favor da rede privada em São Paulo (Gráfico 4). Entretanto, este diferencial é inferior ao nacional. Da mesma maneira que se observa para o país como um todo, o professor do curso superior da rede pública recebe um salário superior ao pago na rede privada. De forma análoga aos demais níveis de ensino, o nível salarial de São Paulo é maior, também, no ensino superior (Gráfico 5). Esta vantagem salarial do professor paulista reduz-se no nível superior.

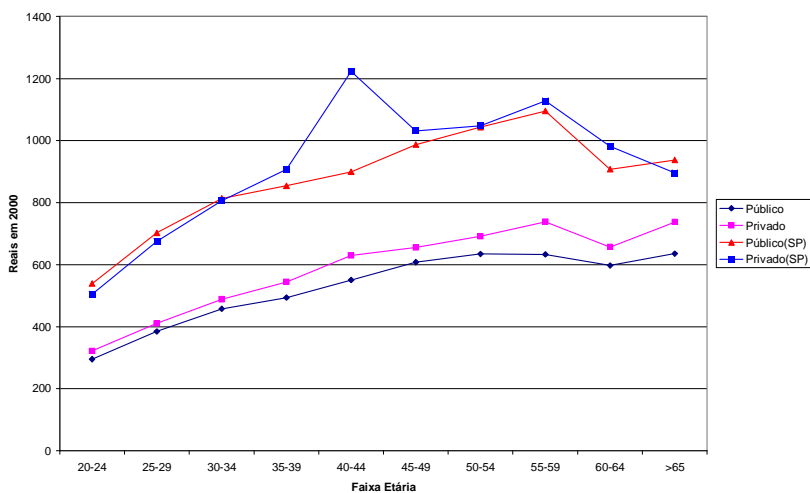
**Gráfico 1**  
**Perfil salarial dos professores da pré-escola – Brasil e São Paulo**  
(Valores em R\$/mês de 2000)



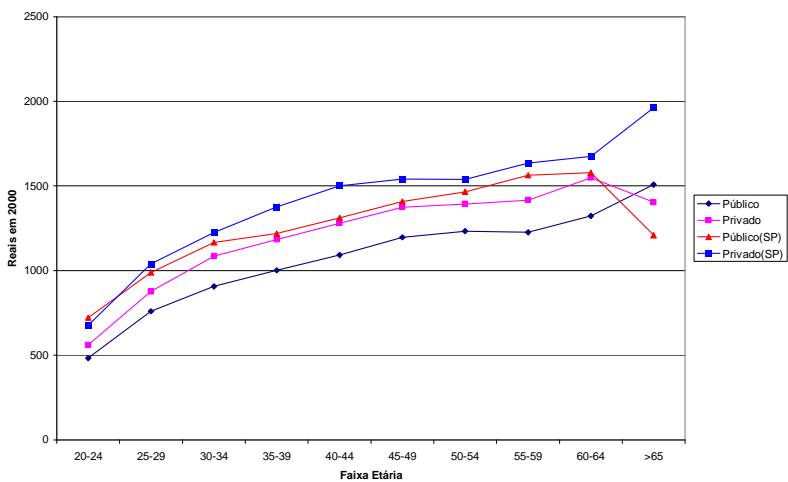
**Gráfico 2**  
**Perfil salarial dos professores do primário – Brasil e São Paulo**  
(Valores em R\$/mês de 2000)



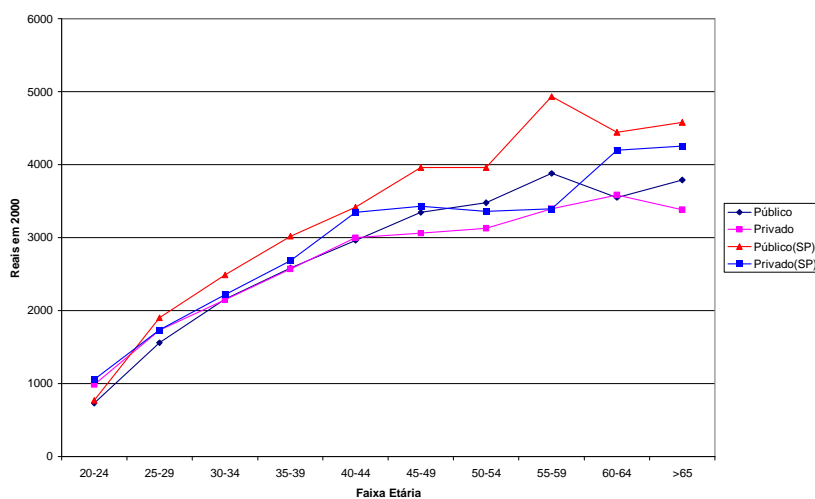
**Gráfico 3**  
**Perfil salarial dos professores do ginásio – Brasil e São Paulo**  
**(Valores em R\$/mês de 2000)**



**Gráfico 4**  
**Perfil salarial dos professores do ensino médio – Brasil e São Paulo**  
**(Valores em R\$/mês de 2000)**



**Gráfico 5**  
**Perfil salarial dos professores do ensino superior – Brasil e São Paulo**  
**(Valores em R\$/mês de 2000)**



## 5. DIFERENCIAIS SALARIAIS: BRASIL

Nesta seção são calculados os diferenciais de salários entre os professores das redes de ensino pública e privada. A Tabela 3 apresenta os resultados. Os dados mostram, por exemplo que em 1980 um professor primário da rede pública ganhava em média 31% a mais que seu similar da rede privada. Em 1991, este diferencial havia caído para 7% e em 2000, a relação era de apenas 94%. Esse padrão repete-se de forma similar para os outros níveis de ensino.

**Tabela 3**  
**Diferencial de salário público/privado por rede de ensino - Brasil**

Ano	Nível de ensino					
	Pré-escola	Primário	Ginásio	Secundário	Profissional	Superior
<b>1980</b>	1,11	1,31	1,22	1,13	1,50	1,20
<b>1991</b>	1,22	1,07	1,00	0,96	1,14	1,23
<b>2000</b>	0,95	0,94	0,94	0,89	1,14	1,07

Com a crise da economia brasileira na década de 80 seria esperada uma redução no diferencial público-privado, representado por uma queda nos valores da Tabela 3. Mas os anos recentes também foram um período de estagnação econômica, o que pode ter afetado os salários do setor privado. Este fato pode ser observado no primário, ginásio e secundário. No entanto, na pré-escola e no superior ocorre o fenômeno inverso. Entre 1991 e 2000, o diferencial cai para todos os níveis de ensino. Este resultado é provavelmente fruto do processo de estabilização por que passou a economia brasileira, que demandou esforços para aumentar o superávit primário. O diferencial passa a ser de no mínimo 0,11 no ensino secundário. Ou seja, um professor do ensino secundário público recebe 89% do salário pago no ensino privado. É possível que esse diferencial, relativamente baixo, possa ser compensado com benefícios existentes apenas no setor público. Essa hipótese será investigada na seção 7.

## **6. DIFERENCIAIS SALARIAIS: ESTADOS**

De forma análoga ao apresentado na seção anterior, faz-se aqui uma análise dos diferenciais salariais entre as redes pública e privada para os diversos níveis de ensino, desta vez para todos os estados brasileiros.

### **Pré-Escola**

Os dados da Tabela 4 mostram que o Distrito Federal e o Amapá estão entre os cinco maiores diferenciais pró-servidor público nos três anos analisados. Há grande queda no diferencial do Rio de Janeiro. Este estado que encontrava-se entre os com maior diferencial em 1980 e 1991, caiu bastante e passa a oferecer um benefício somente 2% superior para o setor público em relação ao privado. Por outro lado, os estados do Acre, Paraíba e Maranhão apresentaram uma grande melhora neste diferencial. Em 1980 a diferença era favorável à iniciativa privada e em 2000 nota-se uma mudança, tornando-se favorável ao setor público.

Entre os estados com baixo diferencial, o Ceará e a Bahia mantêm a relação vista entre 1981 e 1990. É importante ressaltar que na maioria dos estados com diferenciais favoráveis ao setor privado, houve uma melhora entre 1991 e 2000. Ou seja, de forma geral os diferenciais salariais reduziram-se. Já a pré-escola apresenta em 1980 um diferencial positivo para 10 estados. Em 1991, este número amplia-se para 14 e volta a cair em 2000 para 13 estados.

### **Primário**

Na tabela 5 são apresentados os resultados relativos ao ensino primário. O Rio de Janeiro permanece entre os estados com maior diferencial para o servidor público nos três anos analisados. Entretanto, este diferencial foi reduzido drasticamente, de 68% em 1980 para 10% em 2000. Estados como Rondônia e Tocantins apresentam uma enorme melhora, saindo de um salário pago na rede pública até 9% inferior ao pago na rede privada, para salários que pagam até 39% a mais na rede pública em relação à privada.

Os estados com pior diferencial em 1980 pagavam no máximo 11% a menos no setor público. Este número se amplia para até 29% em 1991, sendo provavelmente fruto da crise fiscal que o país atravessou na década de 80. Entretanto, de 1991 até 2000 esta diferença reduz-se para um

máximo de 22%. Mais uma vez o Ceará surge em 2000 como um dos estados com maior diferencial em favor da rede privada, acompanhado de Pernambuco, Sergipe e Amapá. Em 1980 há 17 estados que pagam salários maiores na rede pública. Em 1991, este número cai para 13 e reduz-se para 10 em 2000.

### **Ginásio**

No ginásio Tabela (5) observa-se um grande diferencial em favor dos professores da rede pública no RJ e DF em todo o período analisado. O estado com diferencial mais desfavorável ao docente do ginásio é mais uma vez o Ceará, no qual o valor calculado é de apenas 0,84. Todos os outros estados pagam na pior das hipóteses um salário 9% inferior ao da iniciativa privada. Isto é, o salário pago no ginásio é bastante próximo entre a iniciativa privada e o setor público. Em 1980, 16 estados pagavam na rede pública um salário superior ao da rede privada. Já em 1991, o número de estados cai para 10 e volta a se elevar para 12 em 2000.

### **Secundário**

O secundário é o nível em que se observa em 2000 a maior diferença entre os salários pagos nos setores privado e público. Quase metade dos estados paga um salário mais de 10% inferior à iniciativa privada. Sergipe é o estado com o maior diferencial de salário em favor da rede pública em 1980, seguido pelo estado da Paraíba, com diferenciais em favor do servidor público da ordem de 61% e 58%, respectivamente. Em 2000, em Sergipe, os professores da rede pública recebem 35% menos que seus pares do setor privado. Já na Paraíba mantém-se este diferencial positivo em 2000, oferecendo na rede pública um salário 21% superior ao pago na rede privada. Entretanto, ocorre uma perda significativa em 1991, com o diferencial ficando desfavorável para o servidor público em 29%. Duas possíveis explicações para esta variabilidade são a data esparsa das renegociações salariais e a elevada inflação do período.

No Rio de Janeiro, os professores da rede privada que em 1980 recebiam um salário 24% superior ao pago na rede pública perdem espaço para os professores da rede privada nas duas décadas que seguiram. Em 1991 e 2000, o diferencial some e os salários são praticamente os mesmos. Em 1980, 20 estados pagavam um diferencial positivo para o setor privado. Em 1991, este número cai para 12 estados. Em 2000, somente 7 estados apresentam um diferencial

favorável ao setor privado. É no secundário que observamos as maiores diferenças entre o público e o privado.

### **Profissional**

O ensino profissional de forma geral apresenta um diferencial positivo para a rede pública de ensino. O Acre é o estado onde o diferencial em favor da rede privada é o maior com esta pagando até quatro vezes mais que o ensino público. O estado de Sergipe também paga muito pouco, em torno de 59% do salário pago na rede privada. Entretanto, o ensino profissional apresenta um grande número de estados onde o salário é maior na rede pública. Em 1980, 21 estados pagavam um salário maior na rede pública do que na iniciativa privada. Na esteira da crise dos 90, este número cai para 14 em 1991 e volta a subir para 19 estados em 2000.

### **Superior**

Os resultados referentes ao nível superior seguem o padrão verificado para os outros níveis de ensino. Há um diferencial favorável ao professor do ensino público, com uma pequena queda na década de noventa. A Tabela 9 mostra que no ano 1980 apenas o Acre tinha um diferencial favorável ao setor privado. Esta situação muda pouco até 1991, quando apenas o estado do Mato Grosso do Sul apresenta um salário público inferior em 24% ao privado. No ano 2000, ocorrem algumas mudanças e sete estados pagam mais no setor privado que no ensino superior. Somente em três estados esta diferença supera os 10% para o ano 2000: Goiás, Amazonas e Sergipe.

**Tabela 4: Diferencial de salário público/privado na pré-escola - Brasil e estados**

Ano	BR	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1980	1,11	0,24	1,03	1,27	1,57	0,00	0,57	1,79	1,03	0,62	0,56	1,00	1,78	0,94	0,62	0,54	0,63	0,70	0,99	1,74	0,72	0,56	0,00	1,28	0,92	0,98	1,41	0,00
1991	1,22	0,54	0,46	0,96	3,37	0,69	0,79	3,47	1,22	0,90	0,55	1,13	1,22	1,26	0,88	0,67	1,02	0,51	1,24	1,50	1,26	1,47	0,00	1,26	0,84	1,24	1,61	0,85
2000	0,95	1,16	1,02	0,91	1,35	0,82	0,74	1,35	0,98	0,83	1,22	1,01	0,97	0,93	1,05	1,07	0,89	1,07	0,87	1,02	1,13	0,73	1,17	0,98	0,93	0,97	1,15	0,85

**Tabela 5: Diferencial de salário público/privado no primário - Brasil e estados**

Ano	BR	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1980	1,31	0,9	1,29	1,35	1,08	0,00	1,23	1,61	1,11	0,93	0,89	0,90	1,09	1,30	0,92	1,39	1,27	1,17	1,20	1,68	1,19	0,96	0,95	1,25	0,95	1,28	1,20	0,00
1991	1,07	1,27	0,93	1,06	1,64	0,81	1,05	2,23	0,99	0,83	0,71	0,99	1,24	0,85	1,18	0,71	1,19	0,89	0,99	1,37	1,15	0,88	1,87	1,09	0,73	1,32	0,97	0,91
2000	0,94	1,14	0,96	1,02	0,85	1,13	0,81	0,94	0,87	0,94	0,99	0,97	1,05	0,93	0,94	0,97	0,78	0,93	1,00	1,10	1,08	1,09	1,00	0,88	0,99	0,84	0,97	1,37

**Tabela 6: Diferencial de salário público/privado no ginásio - Brasil e estados**

Ano	BR	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1980	1,22	0,65	1,20	1,06	1,86	0,00	0,88	1,47	1,20	0,92	0,74	0,89	1,24	0,92	0,79	1,13	1,06	0,84	0,98	1,75	1,04	1,06	1,09	1,09	0,96	1,20	1,32	0,00
1991	1,00	1,13	0,91	0,88	0,68	0,84	0,79	1,91	1,26	0,80	0,75	0,90	1,17	0,82	0,88	0,62	1,15	0,66	0,96	1,52	0,96	1,06	1,33	0,86	0,74	0,98	1,05	0,85
2000	0,94	0,92	1,06	1,02	1,19	0,91	0,84	1,26	0,97	1,08	1,13	0,95	1,11	1,02	0,91	0,99	1,00	1,00	1,02	1,19	1,08	0,97	1,23	0,95	0,92	1,03	1,00	0,93

**Tabela 7: Diferencial de salário público/privado no secundário - Brasil e estados**

Ano	BR	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1980	1,13	1,58	1,31	1,12	0,88	0,00	1,02	1,10	1,23	0,74	1,49	1,08	1,11	1,04	1,10	1,58	1,17	0,84	1,03	1,26	1,05	0,96	0,94	1,17	0,96	1,61	1,05	0,00
1991	0,96	2,33	0,81	0,90	2,24	0,76	0,98	1,44	1,06	0,83	1,01	0,91	0,97	0,83	1,33	0,71	1,07	0,89	0,82	1,01	0,81	0,98	1,48	1,07	0,72	1,19	0,88	1,41
2000	0,89	1,33	1,14	0,85	0,95	0,79	0,93	1,09	0,66	0,82	1,09	0,89	0,86	0,83	0,93	1,21	0,81	0,84	0,96	1,02	0,92	0,86	1,43	0,84	0,99	0,65	0,95	0,75

**Tabela 8: Diferencial de salário público/privado no ensino profissional - Brasil e estados**

Ano	BR	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1980	1,50	0,21	1,63	1,23	1,44	0,00	1,07	2,10	1,40	1,73	1,46	1,43	0,44	1,07	1,77	1,62	0,92	1,36	1,37	1,87	1,16	2,24	0,00	1,49	1,14	1,30	1,88	0,00
1991	1,14	0,00	0,41	1,65	0,00	1,80	0,61	2,88	1,24	0,94	0,40	1,15	1,04	2,44	1,47	0,71	1,40	0,66	0,93	1,63	0,57	1,04	1,07	1,00	0,89	0,39	1,18	0,24
2000	1,14	0,24	1,09	1,00	1,68	1,21	0,86	1,00	1,35	0,95	1,17	1,24	1,15	1,46	1,66	1,21	1,33	0,80	1,15	1,29	0,86	0,84	1,72	1,35	0,9	0,59	1,15	1,12

**Tabela 9: Diferencial de salário público/privado no ensino superior - Brasil e estados**

Ano	BR	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1980	1,20	0,89	1,39	1,20	0,00	0,00	1,24	1,59	1,67	1,32	1,44	1,47	1,36	1,62	1,16	1,34	1,27	1,38	1,17	1,07	1,37	0,00	0,00	1,38	1,17	1,07	1,21	0,00
1991	1,23	0,00	1,72	1,74	0,00	1,21	1,39	1,58	1,57	1,07	3,23	1,35	0,76	1,15	1,49	1,73	1,49	1,61	1,16	1,22	2,23	1,72	0,00	1,31	1,05	2,64	1,24	1,86
2000	1,07	1,14	1,14	0,81	1,07	1,12	1,26	1,15	0,94	0,86	1,20	1,06	0,91	1,36	0,92	1,26	1,24	1,46	0,95	1,10	1,31	1,00	1,36	1,03	1,28	0,72	1,16	1,23

Um ponto em comum entre a grande maioria dos níveis de ensino é a redução do grau de dispersão que ocorre entre 1980 e 2000. Pelas tabelas acima, pode-se perceber que os diferenciais extremos caem entre 1980 e 2000. Ou seja, os diferenciais aproximam-se de 1. Entretanto, o mesmo não ocorre na parte inferior dos diferenciais. Os diferenciais mais desfavoráveis não são reduzidos em direção favorável aos empregados da rede pública. No primário, secundário e superior este fato não é observado. A redução do grau de dispersão entre 1980 e 2000 pode ser observada na Tabela 10. Entretanto, esta variância não cai de forma sistemática em todos os anos. O aumento da variância em 1991 pode ser causado pelos efeitos inflacionários. Em períodos de elevada inflação, a data da coleta dos dados pode influenciar este diferencial, uma vez que nas datas de renegociação salarial, os salários reais estão bastante corroídos pela inflação. Desta forma, caso as datas sejam diferentes entre os estados e entre o setor público e o privado, pode se verificar elevação da variância.

**Tabela 10**  
**Variância dos Diferenciais de Salário Público-Privado**

<i>Nível de ensino</i>	<u>Ano</u>		
	1980	1991	2000
<b>Pré-escola</b>	0,267	0,566	0,026
<b>Primário</b>	0,139	0,125	0,015
<b>Ginásio</b>	0,160	0,079	0,011
<b>Secundário</b>	0,140	0,164	0,034
<b>Profissional</b>	0,389	0,452	0,107
<b>Superior</b>	0,297	0,503	0,033

## 7. O VALOR PRESENTE DO CONTRATO DE TRABALHO

Nas seções anteriores foram comparados os salários dos docentes das redes pública e privada. No entanto, é necessário incorporar ainda particularidades referentes à escolha do emprego no Brasil. A mais importante delas é a influência que a previdência social tem sobre os rendimentos recebidos ao longo da vida dos trabalhadores. Apesar das reformas recentes, trabalhadores do setor privado, vinculados ao INSS ainda têm obrigações e direitos distintos dos funcionários públicos. Dado este fato, nesta seção comparamos os empregos docentes nos ensinos público e privado levando em consideração não somente o salário direto pago, como também os benefícios previdenciários associados a cada posição na ocupação.

### 7.1. METODOLOGIA DE CÁLCULO DO VALOR PRESENTE DO CONTRATO DE TRABALHO

Nesta seção é apresentado o *Valor Presente do Contrato de Trabalho (VPCT)*. Esta é uma medida da renda total recebida ao longo da vida de um trabalhador. O VPCT é inspirado no conceito da *Social Security Wealth* apresentado no clássico de Feldstein (1974) e na metodologia apresentada em Afonso e Fernandes (2005). No cálculo do VPCT devem ser englobados não somente os salários recebidos durante a vida ativa, como também, à redução na renda bruta, referente à contribuição previdenciária. Por fim são somados os benefícios previdenciários recebidos quando da aposentadoria do indivíduo. Para cada nível e rede de ensino é calculado um valor de  $VPCT_{ik}$ , dado pela expressão a seguir:

$$VPCT_{ik} = \sum_{j=0}^{A-1} \frac{w_{kj} - \tau_j}{(1+r)^j} + \sum_{j=A}^T \frac{b_{kj} - \gamma_j}{(1+r)^j} \quad (3)$$

O subscrito  $i$  refere-se à rede de ensino (pública ou privada). O subscrito  $k$  indica os 6 níveis de ensino. O subscrito  $j$  corresponde ao número de anos em questão. O trabalhador se aposenta em  $A$  e vive até o período  $T$ . As letras  $\tau$  e  $\gamma$  representam, respectivamente, a contribuição paga para a previdência durante o período laboral e durante a aposentadoria (se houver contribuição dos inativos). A taxa de desconto empregada é  $r$ . O parâmetro  $A$  representa o número de anos de trabalho necessários para a aposentadoria. O valor de  $T$  corresponde à expectativa de vida menos a idade de entrada no mercado de trabalho.

## 7.2. DIVISÃO DOS GRUPOS COM CARACTERÍSTICAS COMUNS

O primeiro passo para calcular o VPCT é definir o conjunto de parâmetros necessários para a formação de grupos com características comuns frente à previdência social. A cada grupo é aplicado um *conjunto de regras previdenciárias* particulares. Para o cálculo das contribuições os seguintes parâmetros devem ser observados: renda do trabalhador, alíquota de contribuição do trabalhador, alíquota de contribuição do empregador (quando esta existir) e teto de contribuição (quando este existir) para empregadores e trabalhadores. Para o cálculo dos benefícios, os parâmetros são os seguintes: idade de aposentadoria, regra de cálculo do valor da aposentadoria, forma de reajuste do valor real da aposentadoria, alíquota de contribuição do trabalhador inativos (se esta existir).

Uma vez definidos os parâmetros, o passo seguinte consiste na divisão dos professores em categorias, de forma consistente com os dados disponíveis e com os resultados apresentados nas seções iniciais. A primeira separação é feita entre os docentes dos setores privado e público. Os docentes são também separados de acordo com o nível de ensino em que ministram suas aulas, em quatro categorias: pré-escola, fundamental (desagregado ainda em primário e ginásial) médio e superior. Para cada categoria é necessário ainda separar os professores por gênero, visto que na carreira docente há diferenças de tratamento por parte da previdência para homens e mulheres. Os cálculos são feitos para cada desses subgrupos.

## 7.3. CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES

Os procedimentos de cálculo das contribuições e dos benefícios seguem a forma padrão encontrada na literatura. Com base nos dados em *cross-section* do Censo de 2000, foi estimado um perfil salarial (e de contribuições) intertemporal por coorte para cada um dos grupos. Em outras palavras, empregam-se dados das coortes mais antigas para prever a evolução salarial das coortes mais novas. Devido às limitações que o número reduzido de observações poderia trazer, cada coorte é composta por indivíduos nascidos em um determinado quinquênio, para o qual se computa um salário médio. Por exemplo, a primeira coorte abarca as pessoas de 20 a 24 anos. Para os professores da pré-escola do setor público, pertencentes a esta coorte, a remuneração média é de R\$ 258 mensais (ver Tabela 1). Para a

coorte seguinte (dos 25 aos 29 anos) desta categoria, a remuneração eleva-se para R\$ 350. Esses dados são computados para todas as coortes e grupos.

Uma vez conhecidos os dados de remuneração dos professores, a cada coorte e cada grupo aplicam-se as regras de contribuição previdenciária. Para todos os grupos foram empregadas as regras vigentes em setembro de 2000. Ou seja, implicitamente está-se supondo uma situação de *estado estacionário*. É como se um trabalhador estivesse começando sua vida ativa em 2000 e o conjunto de regras em vigor nesse é como um parâmetro suposto estável a partir do qual as escolhas ocupacionais são feitas. Para os professores do setor privado a contribuição ao INSS é calculada pela soma da contribuição dos trabalhadores e dos empregadores. A alíquota de contribuição do empregador é de 20%, sem limite superior, conforme determina o Decreto-Lei 2318, de 1986. Há ainda uma alíquota adicional de 1% referente ao SAT – Seguro Acidente do Trabalho. Para o trabalhador, a alíquota de contribuição varia de acordo com a faixa de renda  $Y$ , conforme apresentado na Tabela 11.

**Tabela 11**  
**Alíquota de contribuição previdenciária dos trabalhadores do setor privado (Set./2000)**

Renda $Y$ (R\$)	Alíquota (%)
$Y \leq 398,48$	7,72
$398,49 \leq Y \leq 453,00$	8,73
$453,01 \leq Y \leq 664,13$	9,00
$664,14 \leq Y \leq 1328,25$	11,00

Para os professores do setor público federal há apenas uma alíquota de 11%, incidindo sobre os empregados. Para os professores da rede pública do estado de São Paulo a alíquota é de 6%, também incidindo sobre os empregados. Em ambos os casos, inexistente contribuição por parte do empregador, o governo. É possível, por meio das regras então em vigência, estimar a contribuição mensal de cada professor. Multiplicando os valores por 13 (visto que os assalariados do setor privado têm direito ao 13º salário) chega-se à contribuição anual.

Adicionalmente são feitas duas hipóteses. A primeira refere-se à data de início da docência. Considerou-se que os professores da pré-escola, dos níveis médio e fundamental começam a dar aulas aos 20 anos. Para os docentes do nível superior, dada a maior exigência educacional, foi suposto-se que a entrada no mercado de trabalho ocorre aos 25 anos. Implicitamente, os cálculos efetuados pressupõem uma condição de estabilidade na ocupação: o indivíduo opta pela carreira docente no início de sua vida profissional e assim continua, até se aposentar. Em todo o trabalho adotou-se a hipótese de que as regras previdenciárias então vigentes valerão

por toda a vida das pessoas. Com essa hipótese é possível abstrair-se o impacto de regras de transição adotadas quando de mudanças previdenciárias.

#### 7.4. CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS

Para o cálculo dos benefícios supõe-se que os professores seguem estritamente as regras então vigentes. Isso significa que assim que forem cumpridos os requisitos de tempo de contribuição e idade necessários, os docentes deixam o mercado de trabalho e passam a receber os proventos da aposentadoria.

No setor privado, os professores de todos os níveis de ensino (com exceção do superior) podem se aposentar após 30 anos de serviço (homens) e 25 anos (mulheres). Para o ensino superior, essas idades mínimas são elevadas em 5 anos para ambos os sexos. O valor do benefício é calculado tendo como base a média aritmética dos 80% melhores salários de contribuição. Sobre o valor calculado incide ainda o *Fator Previdenciário*, que foi criado no final de 1999. O valor do benefício é limitado ao teto do INSS. Ao longo do tempo, com base na regra de manutenção do valor real dos benefícios adotada pelo governo, supõe-se o valor da aposentadoria não sofrerá modificações.

Para os docentes do setor público há diferenças importantes. Estes profissionais têm direito a dois privilégios inacessíveis a seus pares da iniciativa privada. O primeiro é a aposentadoria integral, de valor equivalente ao último salário que tinham quando estavam na ativa. O segundo privilégio é a *paridade*, que permite aos aposentados do setor público ter seus benefícios aumentados em termos reais às mesmas taxas verificadas para os funcionários ativos. Por esse motivo, utilizando o perfil salarial de cada categoria dos professores do setor público foram estimadas taxas de crescimento anuais dos salários. Essas taxas foram aplicadas aos benefícios, de forma a mimetizar a política de paridade adotada. Para os docentes aposentados do setor público do estado de São Paulo há a incidência de uma alíquota de 6% sobre as aposentadorias. Outro parâmetro relevante para esse tipo de cálculo é o período de recebimento da aposentadoria. Tendo como base a expectativa de vida média do brasileiro, supõe-se que os aposentados vivem até os 75 anos de idade.

## 7.5. RESULTADOS

Com base no cálculo de salários e benefícios é possível expressar os resultados por meio do valor presente da renda ao longo do ciclo de vida dos indivíduos. Incluem-se aqui todos os rendimentos líquidos, tanto salariais, quanto previdenciários, obtidos pelos docentes ao longo de sua vida. Para isso são calculados os valores presentes dos fluxos de renda obtidos por cada pessoa. Nos cálculos foram empregadas taxas de desconto de 5% a 7% ao ano. Essa escolha se deve ao fato de que nos últimos 40 anos a taxa de juros real no Brasil foi da ordem de 5%.

São comparados os VPCTs do emprego de professor nas rede pública e privada, para os diferentes níveis de ensino. De forma geral, observa-se que o diferencial em favor do professor da rede pública é maior em São Paulo do que no resto do Brasil. De todos os níveis de ensino, o secundário é o que apresenta o diferencial mais desfavorável aos professores da rede pública de ensino. Quando analisamos o nível do *Valor Presente do Contrato de Trabalho*, podemos observar que a pré-escola é aquela que oferece o VPCT mais reduzido. Um fato curioso é o menor VPCT do professor do ginásio, frente ao professor do primário. Os professores que atuam no ensino superior possuem os empregos com maior VPCT.

### 7.5.1. Valor Presente do Contrato de Trabalho das Professoras

De forma geral, as mulheres possuem uma grande vantagem ao optar pelo emprego na rede pública de ensino. Isto pode ser observado através do diferencial positivo que o emprego na rede pública lhes oferece. Este fato decorre da regra que permite a mulher trabalhar 5 anos a menos do que o homem para se aposentar. Desta forma, estas começam a receber seus benefícios 5 anos antes, em um período em que aqueles ainda contribuem.

A Tabela 12 mostra os diferenciais de VPCT para as professoras do Brasil. O secundário é o nível de ensino em que a rede pública oferece a menor renda frente à rede privada. Com uma taxa de desconto de 5% ao ano o VPCT de uma professora da rede pública oferece diferenciais que oscilam entre 2% no secundário e 18% no superior; um diferencial superior a R\$ 68.000,00. Com taxas de desconto mais elevadas, o diferencial a favor da rede pública é reduzido e torna-se negativo para o secundário e nulo para a pré-escola. Isto ocorre porque com uma maior taxa de desconto o valor presente da aposentadoria tem seu valor diminuído. A aposentadoria é recebida pelo indivíduo com uma idade mais avançada, sendo portanto

mais influenciada pela taxa de desconto. Com uma taxa de desconto de 7%, há um diferencial favorável ao ensino privado na pré-escola e no secundário, de 4% e 7%, respectivamente.

**Tabela 12**  
**Diferenciais de VPCT - Professoras das redes pública e privada (Brasil)**  
Valores em R\$ (Set./2000)

	Nível de ensino				
	Pré-Escola	Primário	Ginásio	Secundário	Superior
<b>Taxa de Desconto: 5%</b>					
<b>VPCT</b>					
<b>Público</b>	97.479,63	176.137,66	108.864,63	192.912,76	446.854,24
<b>VPCT Privado</b>	92.796,13	157.365,65	98.318,28	188.549,13	378.255,89
<b>Diferencial (R\$)</b>	4.683,50	18.772,01	10.546,35	4.363,63	68.598,35
<b>Diferencial (%)</b>	5%	12%	11%	2%	18%
<b>Taxa de Desconto: 6%</b>					
<b>VPCT Público</b>	80.943,39	146.072,27	90.155,02	159.203,19	359.741,30
<b>VPCT Privado</b>	80.942,06	137.507,21	85.721,94	163.943,08	315.453,92
<b>Diferencial (R\$)</b>	1,33	8.565,07	4.433,09	-4.739,89	44.287,38
<b>Diferencial (%)</b>	0%	6%	5%	-3%	14%
<b>Taxa de Desconto: 7%</b>					
<b>VPCT Público</b>	68.546,49	123.560,50	76.184,65	134.035,41	294.697,21
<b>VPCT Privado</b>	71.440,49	121.454,58	75.639,83	144.232,71	265.890,19
<b>Diferencial (R\$)</b>	-2.894,00	2.105,92	544,82	-10.197,30	28.807,02
<b>Diferencial (%)</b>	-4%	2%	1%	-7%	11%

A Tabela 13 apresenta os diferenciais para o estado de São Paulo. Assim como na Tabela 12, os diferenciais são favoráveis às professoras da rede pública. Estes variam entre 8% para o superior e 27% para a pré-escola. Com a adoção de uma taxa de desconto de 7%, apenas as professoras do nível superior do setor público tem um VPCT inferior em 2% ao setor privado.

A remuneração dada pelo VPCT é sempre superior em São Paulo em comparação ao Brasil. A única exceção ocorre no ensino superior público onde o VPCT é ligeiramente inferior ao do restante do Brasil. Talvez a razão seja o fato de o mercado de ensino superior privado ser mais desenvolvido em São Paulo do que no resto do país.

**Tabela 13**  
**Diferenciais de VPCT - Professoras das redes pública e privada (São Paulo)**  
Valores em R\$ (Set./2000)

	Nível de ensino				
	Pré-Escola	Primário	Ginásio	Secundário	Superior
<b>Taxa de Desconto: 5%</b>					
<b>VPCT</b>					
<b>Público</b>	163.793,54	236.810,08	193.012,74	257.938,51	444.117,89
<b>VPCT Privado</b>	128.983,04	193.502,55	165.355,25	225.898,67	410.841,64
<b>Diferencial (R\$)</b>	34.810,49	43.307,53	27.657,49	32.039,84	33.276,25
<b>Diferencial (%)</b>	27%	22%	17%	14%	8%
<b>Taxa de Desconto: 6%</b>					
<b>VPCT Público</b>	136.502,96	197.756,33	161.010,40	214.448,80	351.365,20
<b>VPCT Privado</b>	112.648,15	169.423,56	143.573,79	196.729,16	342.737,72
<b>Diferencial (R\$)</b>	23.854,81	28.332,77	17.436,61	17.719,64	8.627,48
<b>Diferencial (%)</b>	21%	17%	12%	9%	3%
<b>Taxa de Desconto: 7%</b>					
<b>VPCT Público</b>	115.995,36	168.460,96	136.990,72	181.867,15	282.940,27
<b>VPCT Privado</b>	99.545,41	149.949,43	126.167,75	173.346,49	288.963,55
<b>Diferencial (R\$)</b>	16.449,95	18.511,52	10.822,98	8.520,66	-6.023,28
<b>Diferencial (%)</b>	17%	12%	9%	5%	-2%

### 7.5.2. Valor Presente do Contrato de Trabalho de Professor

De forma oposta ao que ocorre com o diferencial do VPCT oferecido na rede pública e privada para as mulheres no Brasil, os homens observam um diferencial negativo em 9 das 15 células. Este resultado diferente entre homens e mulheres decorre, principalmente, do maior tempo de trabalho necessário para a aposentadoria masculina. Desta forma, a aposentadoria mais elevada não consegue compensar o menor salário recebido durante os anos de trabalho na rede pública. Entretanto, para uma taxa de desconto de 5% o diferencial em favor da rede privada está entre 1% e 3% (Tabela 14). Com uma taxa de desconto mais elevada, 7%, este diferencial cresce para 14% no secundário, que mais uma vez é o nível de ensino com contratos relativamente mais baixos com relação ao ensino privado.

Os resultados da Tabela 15 mostram que o contrato de trabalho oferecido em São Paulo apresenta um valor superior ao do resto do país. Assim como ocorre no Brasil, o secundário apresenta os diferenciais mais baixos em favor da rede pública. Diferentemente do que ocorre com o Brasil, onde 9 das 15 células mostram que o VPCT do setor público é inferior ao da rede privada de ensino, em São Paulo, somente um VPCT favorece a rede privada. Os diferenciais em favor da rede pública de ensino são pelo menos 9% maiores para a rede

pública. Somente quando se utiliza uma taxa de desconto de 7%, o secundário apresenta um diferencial de 1% em favor da rede privada, oferecendo um contrato praticamente igual.

Esta seção mostrou que os professores na rede pública de ensino não recebem um contrato inferior ao pago na rede privada. Ou seja, salvo o ensino secundário, os outros níveis de ensino pública pagam contratos pelo menos equivalentes ao da rede privada de ensino. No nível secundário, os contratos públicos são inferiores aqueles oferecidos pela rede privada. Este fato pode ajudar a explicar a grande carência de professores no secundário.

**Tabela 14**  
**Diferenciais de VPCT - Professores das redes pública e privada (Brasil)**  
Valores em R\$ (Set./2000)

	Nível de ensino				
	Pré-Escola	Primário	Ginásio	Secundário	Superior
<b>Taxa de Desconto: 5%</b>					
<b>VPCT Público</b>	192.310,61	247.203,30	159.993,17	301.976,11	526.900,83
<b>VPCT Privado</b>	152.334,03	231.046,54	158.566,90	312.571,60	530.935,59
<b>Diferencial (R\$)</b>	39.976,58	16.156,76	1.426,27	-10.595,50	-4.034,76
<b>Diferencial (%)</b>	26%	7%	1%	-3%	-1%
<b>Taxa de Desconto: 6%</b>					
<b>VPCT Público</b>	150.808,47	197.395,72	127.265,65	241.343,18	419.052,10
<b>VPCT Privado</b>	129.313,30	194.892,95	134.042,36	265.871,54	438.221,14
<b>Diferencial (R\$)</b>	21.495,17	2.502,77	-6.776,71	-24.528,36	-19.169,04
<b>Diferencial (%)</b>	17%	1%	-5%	-9%	-4%
<b>Taxa de Desconto: 7%</b>					
<b>VPCT Público</b>	121.227,59	161.532,34	103.783,90	197.621,28	339.384,88
<b>VPCT Privado</b>	111.363,84	166.771,47	114.962,71	229.185,73	366.198,15
<b>Diferencial (R\$)</b>	9.863,75	-5.239,13	-11.178,81	-31.564,45	-26.813,27
<b>Diferencial (%)</b>	9%	-3%	-10%	-14%	-7%

**Tabela 15**  
**Diferenciais de VPCT - Professores das redes pública e privada (São Paulo)**  
Valores em R\$ (Set./2000)

	Nível de ensino				
	Pré-Escola	Primário	Ginásio	Secundário	Superior
<b>Taxa de Desconto: 5%</b>					
<b>VPCT Público</b>	202.420,50	361.483,22	305.554,64	393.601,03	655.753,55
<b>VPCT Privado</b>	142.170,35	305.430,57	266.006,49	359.821,77	563.998,21
<b>Diferencial (R\$)</b>	60.250,15	56.052,65	39.548,16	33.779,26	91.755,34
<b>Diferencial (%)</b>	42%	18%	15%	9%	16%
<b>Taxa de Desconto: 6%</b>					
<b>VPCT Público</b>	167.941,86	290.348,36	245.772,90	317.641,92	520.506,09
<b>VPCT Privado</b>	120.296,91	259.466,99	226.800,93	306.962,50	461.254,23
<b>Diferencial (R\$)</b>	47.644,95	30.881,37	18.971,97	10.679,42	59.251,85
<b>Diferencial (%)</b>	40%	12%	8%	3%	13%
<b>Taxa de Desconto: 7%</b>					
<b>VPCT Público</b>	141.810,07	239.034,78	202.565,75	262.742,09	421.023,22
<b>VPCT Privado</b>	103.403,47	223.203,40	196.142,74	265.211,09	381.789,96
<b>Diferencial (R\$)</b>	38.406,60	15.831,39	6.423,01	-2.468,99	39.233,26
<b>Diferencial (%)</b>	37%	7%	3%	-1%	10%

## **8. COMENTÁRIOS FINAIS**

Podemos concluir que os diferenciais de salários dos professores entre a rede pública e a privada não favorecem o setor privado como tanto defendido em alguns debates. Os diferenciais de salário quando não favoreciam os professores da rede pública, mostravam que estes recebem um salário inferior à rede privada em não mais do que 11% no Brasil, como pode-se observar na Tabela 1. Há uma maior perda relativa em alguns estados. Entretanto, este maior diferencial em favor da rede privada não ocorre em nenhum estado específico para todos os níveis de ensino. Esta não-regularidade nos resultados nos leva a inferir que não há nenhuma política educacional consistente no sentido de elevar a remuneração dos professores.

Entretanto, apesar de haver estados em que professores de níveis de ensino distintos ganhem salários diferentes aos pagos na rede privada, observa-se uma convergência entre os diferenciais de salário pagos no Brasil. Entre 1980 e 2000, o país observou uma redução na variância dos diferenciais de salários entre os estados. Esta redução aproximou os salários públicos dos privados em grande parte dos estados, reduzindo o ganho dos que recebem um diferencial positivo e a perda daqueles que recebem um salário público inferior ao privado.

Por último, é apresentado e calculado o VPCT. Percebe-se que os contratos oferecidos na rede pública são iguais ou melhores do que os oferecidos na rede privada. O único contrato inferior é o pago pela rede pública de ensino secundário, que é, também, onde encontram-se os maiores diferenciais de salários. Ou seja, os diferenciais de salários no secundário são de tal magnitude que os maiores benefícios obtidos na aposentadoria pública não conseguem compensar as perdas durante a vida ativa. Desta forma, o presente estudo conclui que com a exceção do ensino secundário, os professores da rede pública de ensino recebem uma remuneração superior ou igual à paga aos professores da rede privada de ensino.

## 9. BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, L. E., FERNANDES, R. Uma estimativa dos aspectos distributivos da previdência social no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*. v. 59, n. 3, 2005.
- ALÉM, A. C., PASTORIZA, F.; GIAMBIAGI, F. A aposentadoria por tempo de serviço no Brasil: estimativa do subsídio recebido pelos seus beneficiários. *Revista Brasileira de Economia*, v. 52, n.1, 1998.
- ARVATE, P.R., MARCONI, N., MORICONI, G.M.; MOURA-NETO, J. S. Diferentes padrões de políticas salariais nos governos estaduais brasileiros: uma análise a partir do diferencial de salários público-privado. Trabalho apresentado no XXX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Salvador, 2006.
- BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; Gill, I. Mendonça, R. The public-private wage gap in Brazil. *Revista Brasileira de Economia*, v.54, n.4, 2000.
- BENDER, S. e FERNANDES, R. Gastos públicos com pessoal: uma análise de emprego e salário no setor público brasileiro no período 1992-2004. Trabalho apresentado no XXIV Encontro da Encontro Nacional de Economia, Salvador, 2006.
- EHRENBERG, R.G. e SCHWARZ, J.L. (1986). "Public sector labor markets". In ASHENFELTER, O.C., LAYARD, R. Handbook of Labor Economics, v.2, 1986.
- FELDSTEIN, M. Social security, induced retirement and aggregate capital accumulation. *Journal of Political Economy*, v. 82, n. 5, 1974.
- FOGUEL, M. N.; GILL, I.; MENDONÇA, R.; PAES DE BARROS, R. The public-private wage gap in Brazil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 54, n. 4, 2000.
- GREGORY, R.G., BORLAND, J. "Recent developments in public sector labor markets". In Ashenfelter, O.C. e Card. D. (eds.) Handbook of Labor Economics, v. 3, 1999.
- KATZ, L.F., KRUEGER, A.B. "Changes in the structure of wages in the public and private sectors". In Ehrenberg, R. (ed.), Research in Labor Economics, 12, pp. 131-172, 1991.
- MINCER, J. Investment in human capital and personal income distribution. *Journal of Political Economy*, v. 66, n. 4, 1958.

PAES DE BARROS , R., MENDONÇA, R., BLANCO, M. O mercado de trabalho para professores no Brasil. Trabalho apresentado no XXIX Encontro Nacional de Economia. Salvador, 2001.

POTERBA, J., RUEBEN, K. Fiscal institutions and public sector labor market. NBER Working paper N. 6659, 1998.

RAMALHO, M., URANI, A. A administração pública como empregadora: uma avaliação da década de 80. Trabalho apresentado no XXIII Encontro Nacional de Economia, Salvador, 2001.